

Irving Kristol

A Imaginação Moral

Irving Kristol afirmou, celebrenemente, que “o neoconservador é um liberal que foi assaltado pela realidade”. Isto parece descrever a viagem intelectual de descoberta do neoconservadorismo por parte de sucessivas gerações de intelectuais oriundos da esquerda, sobretudo da esquerda liberal norte-americana.

Irving Kristol morreu em Washington, no passado dia 18 de Setembro. Uma avalanche de obituários e homenagens varreu os jornais de língua inglesa, sobretudo nos EUA, em Inglaterra e na Austrália. Entre nós, José Cutileiro dedicou-lhe no “Expresso” um excelente artigo, incidindo sobre o seu papel na definição da política externa norte-americana (onde foi particularmente influente na década de Ronald Reagan). Neste texto, procurarei referir sobretudo a sua influência na recentragem das famílias políticas do centro-esquerda e do centro-direita, após, e em confronto com a onda radical dos anos 1960-70.

Descrito muitas vezes como “o padrinho do neoconservadorismo”, Irving Kristol afirmou, celebrenemente, que “o neoconservador é um liberal que foi assaltado pela realidade”. Isto parece descrever com alguma precisão a viagem intelectual de descoberta do neoconservadorismo por parte de sucessivas gerações de intelectuais oriundos da esquerda, sobretudo da esquerda liberal norte-americana.

UM PROBLEMA CENTRAL

Irving Kristol enfrentou na sua evolução intelectual um problema central do liberalismo, quer do liberalismo de esquerda, quer do de direita.

Podemos designá-lo como “o problema de John Stuart Mill”, sobre o qual já foi produzida uma imensa literatura. Trata-se de saber se “o princípio muito simples” de Mill poderá de facto ser suficiente para manter viva e robusta uma sociedade livre. Este “princípio muito simples” é bem conhecido e foi enunciado por

Stuart Mill no seu “On Liberty”, de 1859: “que a única finalidade pela qual o poder pode ser legitimamente exercido sobre qualquer membro de uma comunidade civilizada, contra a sua vontade, é a de prevenir o dano contra outros”.

A dificuldade deste princípio não reside sobretudo na sua dimensão legal. Reside na sua dimensão moral: devemos concluir daquele princípio que tudo o que um indivíduo faz na sua esfera privada, ou que os indivíduos fazem entre si de forma consensual, está para além do juízo moral de outros?

Esta é uma questão moral séria, independentemente de corresponder, ou não, à interpretação de Mill do seu próprio princípio. Tornou-se manifestamente a interpretação corrente do princípio de Mill, aquela que agora é sustentada, sob a forma de um dogma inquestionável, pela nossa cultura pública, em especial nos círculos académicos, mediáticos e das chamadas “ciências da educação”. Esta realidade, tal como a designaria Irving Kristol, coloca graves problemas, sobretudo aos pais que tentam educar os seus filhos – e que se sentem “assaltados pela realidade”. Deverão os pais estar preparados para ensinar aos seus filhos que todo o género de comportamento pessoal é equivalente a qualquer outro, desde que diga apenas respeito a si próprio ou se baseie no consentimento mútuo? Não estão, em regra não estão.

Pode ser legitimamente retorquido que o princípio de Mill não nos obriga a aceitar qualquer conduta como sendo moralmente válida. Obriga-nos apenas a tolerar condutas distintas na medida em que não prejudiquem terceiros – o que constitui seguramente uma estimável presunção liberal. Contudo, permanece a questão moral principal: será que o liberalismo ou a liberdade assentam numa doutrina que é basicamente silenciosa acerca das virtudes ou do carácter de uma sociedade livre e de pessoas livres e responsáveis? Por outras palavras, será a “neutralidade moral” um alicerce do liberalismo ou da tradição da liberdade?

POLÍTICAS PÚBLICAS

A resposta de Kristol foi um rotundo “não”. E essa resposta foi emergindo a partir da análise das políticas públicas norte-americanas, a tal “realidade que assaltou os liberais”. Essa realidade foi dissecada ao longo de quatro décadas, entre 1965 e 2005, na revista trimestral “The Public Interest”, que Irving fundou com o distinto sociólogo (de centro-esquerda, por padrões americanos) Daniel Bell. Grandes autores, como James Q. Wilson, Na-

Kristol enfrentou um problema central do liberalismo: será que o liberalismo ou a liberdade assentam numa doutrina que é basicamente silenciosa acerca das virtudes ou do carácter de uma sociedade livre e de pessoas livres e responsáveis?



POR JOÃO CARLOS ESPADA

DIRECTOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS DA
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA. DIRECTOR DA NOVA CIDADANIA



medida em que não é omissa acerca da vida moral. Nesta matéria, Kristol foi assistido pelo extraordinário trabalho de sua mulher, Gertrude Himmelfarb, uma das mais respeitadas historiadoras da Inglaterra vitoriana. Ambos acentuaram o papel crucial que a chamada “imaginação moral” — uma expressão de Edmund Burke — desempenha na sustentação de uma sociedade livre.

Para Kristol, o chamado capitalismo, ou melhor, as sociedades livres do Ocidente, estiveram sempre amparadas pela cultura e pela moralidade — que, por vezes, designa como “a ética burguesa”, ou “a ética protestante”, ou ainda como “a tradição judaico-cristã”.

No tempo em que estas ideias morais eram amplamente consensuais, é claro que era possível e intelectualmente tentador descrever a sociedade capitalista em termos meramente mecânicos, por assim dizer: como uma sociedade assente no “medo de uma morte violenta” (Hobbes), ou assente em “vícios privados, benefícios públicos” (Mandeville). Só percebemos a importância das referências morais quando estas se tornam controversas e começam a desgastar-se. Curiosamente, Raymond Aron costumava dizer que só percebemos o valor do crescimento económico — tal como o da liberdade — quando começamos a perdê-lo. O mesmo poderá ser dito acerca da “ética burguesa”.

CAPITAL MORAL

A questão é praticamente incontornável: de onde vem esta “ética burguesa”? Não creio que Kristol tenha sido totalmente explícito acerca deste ponto. Mas, a meu ver, ele foi perfeitamente explícito num aspecto crucial: o capital moral do qual o capitalismo, ou o liberalismo, ou a simples liberdade dependem não é “inventado” pelo liberalismo. De algum modo, esse capital moral estava lá e o capitalismo emergiu a partir dele de forma gradual, e não em confronto com ele.

Na verdade, as sociedades onde os regimes liberais foram mais bem sucedidos — as anglófonas — foram precisamente aquelas em que a liberdade e o capital moral não estavam em confronto. Por outras palavras, uma ordem liberal será tanto mais bem sucedida quanto menos procurar uma supremacia absoluta — quanto menos intentar a destruição de todos os pressupostos pré-liberais, só porque não foram deduzidos a partir de premissas liberais. Curiosamente, uma concepção similar pode ser descortinada em “A Vindication of Natural Society”, de Edmund Burke, e em “Towards a Rational Theory of Tradition”, de Karl Popper, nas suas “Conjectures and Refutations”.

JANTAR EM WASHINGTON

Conheci Irving Kristol e Gertrude Himmelfarb em Washington, em Maio de 1996, após lhes ter escrito várias cartas com perguntas sobre os seus livros.

Jantámos num restaurante do “Watergate building”, onde moravam. Expliquei-lhes brevemente a minha evolução intelectual e os estudos com Popper e Dahrendorf. “A crítica de Popper a Platão nunca me convenceu inteiramente”, disse Irving, “mas era um grande homem. Não sabia que ele e Dahrendorf também estavam preocupados com o relativismo. É uma boa notícia.”

Depois perguntaram-me como via hoje o meu posicionamento político. Após longa hesitação, respondi: “não sei ao certo, talvez um liberal vitoriano.” Irving e Bea deram uma gargalhada em uníssono: “um neo-conservador não daria melhor resposta”. Daqui nasceu uma longa amizade da qual sou profundamente devedor. ●

than Glazer, Myron Magnet ou Charles Murray, analisaram o impacto da crescente intervenção social do Estado guiada pelo princípio da chamada “neutralidade moral”. E deram conta dos devastadores efeitos na criação de uma “underclass”, vivendo na dependência do chamado “Welfare State”, sem família, sem hábitos de trabalho, sem capacidade de resistir à crescente delinquência juvenil, devido sobretudo ao desaparecimento da figura do pai em casa.

Sobre esta revista de pequena circulação (pouco mais de 10 mil assinantes) foi dito que mudou a América. A crítica à chamada “neutralidade moral” das políticas públicas produziu inicialmente uma reacção furiosa por parte da esquerda (onde, paradoxalmente, vários daqueles autores se encontravam). Mas a discussão fez o seu caminho e a reforma do “Welfare State” pela administração Clinton, na década de 1990, foi em grande medida o sinal do triunfo das ideias “neo-conservadoras”. Até certo ponto, pode ser dito que alguns dos “New Democrats” de Clinton, assim como alguns (menos) dos “New Labour” de Blair, eram “neo-conservadores” de esquerda. [Mas foram Ronald Reagan e Margaret Thatcher quem melhor expressou o “neo-conservadorismo”, sobretudo em política externa, devido ao seu anti-comunismo assumido e à sua defesa da expansão da democracia à escala global — um tema que não podemos abordar neste texto].

IMAGINAÇÃO MORAL

A questão teórica mais importante que emerge do problema da “neutralidade moral” diz respeito aos fundamentos morais de uma sociedade livre, não apenas à orientação das políticas públicas. Isto conduziu Irving Kristol a apresentar uma defesa do chamado “capitalismo” que é distinta das de Hayek e Friedman, na